



BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 01.088.183/0001-33
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 - Torre E - 7º andar - CEP: 04543-011 - São Paulo - SP
Tel: (11) 5504-9844 - www.mizuhobank.com.br/pt/pt
Email Ouvidoria: ouvidoria@mizuhogroup.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas das devidas notas explicativas e do parecer dos auditores independentes. O Banco Mizuho do Brasil S.A. é uma subsidiária do Mizuho Financial Group, um dos maiores grupos financeiros do mundo, com sede no Japão, atuação global abrangendo todos os continentes, em cerca de 38 países. Os ativos totais do Grupo superaram os 201 trilhões de ienes no terceiro trimestre do ano fiscal japonês (dezembro/2018). O Banco Mizuho do Brasil S.A., é um banco múltiplo com autorização para operar com carteira comercial e de investimento, atua como banco de atacado no mercado local. Atende a integração profissional e cultural entre os profissionais do Grupo no exterior, consolidando e fortalecendo sua expertise, de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, de acordo com a filosofia corporativa do Grupo Mizuho. Destacamos que para os títulos mantidos até o vencimento, a Administração tem a intenção de manter em carteira até o vencimento os títulos classificados nessa categoria conforme Nota 5 e que o Banco, baseado no seu fluxo de caixa projetado, possui capacidade financeira para tal manutenção.

capital de giro em reais e operações de financiamento ao comércio exterior (importação e exportação); fechamento de câmbio, carta de crédito e garantias; operações de derivativos - hedge de moedas (swap de moedas e opções) e swap de juros. By Prestar diversos serviços financeiros aos seus clientes locais, disponibilizando a estrutura do grupo Mizuho para auxiliá-los em suas estratégias globais. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos sindicalizados, financiamento com agências de crédito (ECA) e financiamento de projetos. O Banco mantém seus esforços na constante busca do aprimoramento de sua atuação, investindo na capacitação de seus recursos, focado em sua Visão e Valores Institucionais, promovendo a integração profissional e cultural entre os profissionais do Grupo no exterior, consolidando e fortalecendo sua expertise, de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, de acordo com a filosofia corporativa do Grupo Mizuho. Destacamos que para os títulos mantidos até o vencimento, a Administração tem a intenção de manter em carteira até o vencimento os títulos classificados nessa categoria conforme Nota 5 e que o Banco, baseado no seu fluxo de caixa projetado, possui capacidade financeira para tal manutenção.

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		2.845.645	3.099.797
Disponibilidades	3b	10.824	28.547
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.140.910	1.144.869
Aplicações em depósito aberto	4a	1.068.990	1.123.355
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c	106.733	21.514
Aplicações em moedas estrangeiras	4b	25.187	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		319.549	750.278
Carteira própria	5b	297.524	515.863
Vinculados a compromissos de recompra	5b	3.721	15.811
Instrumentos financeiros derivativos	17	18.304	39.597
Vinculados a prestação de garantias	5b	178.107	178.107
Relações interfinanceiras		32.132	27.004
Créditos vinculados		753	472
Repasse interfinanceiros	6a	31.433	26.532
Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	6f	(54)	-
Operações de crédito		164.818	200.839
Operações de crédito - setor privado	6a	165.942	200.839
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(206)	-
Outros créditos		1.176.975	947.885
Carteira de câmbio	7	1.146.686	900.495
Rendas a receber	41	165	670
Negociação de intermediação de valores		1.768	670
Diversos	8	29.117	46.555
Provisão para perdas outros créditos	6f	(697)	-
Outros valores e bens		437	375
Despesas antecipadas		437	375
Realizável a longo prazo		2.378.860	1.254.151
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	5.879
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4b	-	5.879
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.853.489	910.037
Carteira própria	5b	1.275.606	399.148
Vinculados a compromissos de recompra	5b	144.303	56.537
Instrumentos financeiros derivativos	17	28.696	121.292
Vinculados a prestação de garantias	5b	404.884	333.060
Relações interfinanceiras		-	6.815
Repasse interfinanceiros	6a	-	6.815
Operações de crédito		159.609	106.777
Operações de crédito - setor privado	6a	159.954	106.777
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(345)	-
Outros créditos		365.210	224.553
Carteira de câmbio	7	215.472	54.340
Rendas a receber		552	290
Diversos	8	149.696	170.213
Outros valores e bens		552	290
Despesas antecipadas		552	290
Permanente		180.004	140.541
Investimentos		172.651	131.530
Em controladas no exterior	9	172.651	131.530
Outros investimentos		148	148
Imobilizado de uso		7.353	9.011
Imobilizações de uso		21.193	20.939
Depreciação acumulada		(13.840)	(11.928)
Total do ativo		5.404.509	4.494.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	524.580	-	15.313	4.149	23.997	949	568.988
Aumento de capital	-	-	18.527	-	-	-	18.527
Integralização de capital	15.313	-	(15.313)	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	-	-	(404)	-	(404)
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	1.928	-	1.928
Hedge de investimento no exterior	-	-	-	-	(2.445)	-	(2.445)
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.870	14.361	-	-	16.231
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.405	37.405	37.405
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(21.174)	(21.174)	(21.174)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	539.893	-	18.527	6.019	38.358	28	602.825
Aumento de capital	-	-	34.337	-	-	-	34.337
Integralização de capital	18.527	-	(18.527)	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	-	-	479	-	479
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	(23.967)	-	(23.967)
Hedge de investimento no exterior	-	-	-	-	23.384	-	23.384
Constituição de reserva de lucros	-	-	4.327	42.975	-	-	47.302
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	86.544	86.544	86.544
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(39.242)	(39.242)	(39.242)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	558.420	-	34.337	10.346	81.333	(76)	684.360
Saldos em 30 de junho de 2018	558.420	-	8.305	38.358	(588)	43.427	647.922
Aumento de capital	-	-	34.337	-	-	-	34.337
Constituição de reserva de lucros	-	-	2.041	42.975	-	-	45.016
Ajuste ao valor de mercado - TVM (de controlada)	-	-	-	-	354	-	354
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	(714)	-	(714)
Hedge de investimento no exterior	-	-	-	-	872	-	872
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	40.831	40.831	40.831
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(39.242)	(39.242)	(39.242)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	558.420	-	34.337	10.346	81.333	(76)	684.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2018		2017	
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		115.225	412.038	295.409
Operações de crédito		19.724	83.435	42.158
Resultado de títulos e valores mobiliários		92.600	182.075	230.223
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17g	6	79.326	11.217
Resultado de câmbio		2.895	67.202	12.011
Despesas da intermediação financeira		(72.872)	(292.151)	(202.629)
Operações de captações no mercado		(52.686)	(108.311)	(185.803)
Operações de empréstimos e repasses		(19.855)	(182.538)	(17.133)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(331)	(1.302)	307
Resultado bruto da intermediação financeira		42.353	119.887	92.780
Outras receitas (despesas) operacionais		444	9.318	(35.681)
Receitas de prestação de serviços	20b	48.199	90.114	61.240
Despesas de pessoal		(28.291)	(54.824)	(57.957)
Outras despesas administrativas	20c	(19.895)	(34.713)	(35.396)
Despesas tributárias		(3.848)	(7.579)	(5.822)
Resultado de participação em controlada	9	5.317	18.566	4.176
Outras receitas operacionais	20d	2.040	4.928	6.850
Outras despesas operacionais	20e	(3.078)	(7.174)	(8.772)
Resultado operacional		42.797	129.205	57.099
Resultado não operacional		(2)	(2)	(16)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		42.795	129.203	57.083
Imposto de renda e contribuição social	15a	(272)	(39.274)	(16.293)
Provisão para imposto de renda		(5.509)	(23.876)	(1.712)
Provisão para contribuição social		(3.629)	(18.338)	(889)
Ativo fiscal diferido		8.866	2.940	(13.692)
Participações dos empregados no lucro		(1.692)	(3.385)	(3.385)
Lucro líquido dos semestres/exercícios		40.831	86.544	37.405
Juros sobre capital próprio		(39.242)	(39.242)	(21.174)
Lucro líquido/(prejuízo) por ação - R\$		19,21	40,72	17,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018		2017	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Atividades operacionais:				
Lucro líquido	40.831	86.544	37.405	37.405
Aumento/(redução) em operações de crédito	5.933	(27.219)	(6.883)	(6.883)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	551	(307)	(307)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa repasses Interfinanceiros		71	54	-
Provisão para perdas Garantias financeiras		25	205	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		305	698	-
Aumento/(redução) em operações de crédito		2.791	7.026	8.518
Reversão provisão para contingências		(333)	(764)	(2.265)
Resultado de participação em controlada		(5.318)	(18.566)	(4.176)
Depreciações e amortizações		972	1.984	1.606
Resultado na alienação de valores e bens		2	2	75
Provisão PLR		1.693	3.385	3.385
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		6.433	2.180	2.502
Hedge Investimento no Exterior		(714)	(23.967)	(2.445)
Variações em ativos e passivos:		(410.775)	(161.000)	192.087
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(94.961)	(79.340)	74.618
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(477.344)	(615.332)	494.506
(Aumento) redução em operações de crédito		(32.529)	(17.382)	(54.787)
(Aumento) redução em outros créditos		464.146	(370.207)	(366.699)
(Aumento) redução em outros valores e bens		(426)	(324)	(459)
(Aumento) redução variação líquida em relações interfinanceiras e interdependências		(22.616)	78	9.278
Aumento/(redução) em depósitos		319.256	100.319	(553.179)
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos e repasses		(47.903)	395.154	406.371
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto		85.915	76.096	(1.630)
Aumento/(redução) em outras obrigações		(514.560)	211.195	263.639
Aumento/(redução) em instrumentos financeiros derivativos		(90.031)	37.039	(80.364)
Aumento/(redução) em resultados de exercícios futuros		278	(116)	163
Aumento/(redução) em atividades operacionais		(364.011)	(101.668)	236.395
Aquisição de investimentos		(287)	(328)	(6.187)
Atividade de imobilizado de uso		(287)	(328)	(6.187)
Caixa líquido originado em atividades de investimentos		(287)	(328)	(6.187)
Atividades de financiamentos:				
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos		(39.242)	(39.242)	(21.174)
Aumento de capital		34.337	34.337	18.527
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento		(4.905)	(4.905)	(16.827)
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		(369.203)	(106.901)	227.551
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		1.414.204	1.151.902	924.351
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		1.045.001	1.045.001	1.151.902
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		(369.203)	(106.901)	227.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Mizuho do Brasil é um banco múltiplo, autorizado a operar com carteiras comercial e de investimento. Tem atuação no mercado de atacado e atende empresas de várias nacionalidades e setores, oferecendo uma gama diversificada de produtos e serviços, como depósitos, operações de financiamento ao comércio exterior, corporate lending, investment banking, structured financing, project financing, entre outros. O Banco realiza suas atividades focado nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração com estrita observância das normas e regulamentações locais. O Banco Mizuho do Brasil se utiliza das linhas de crédito aprovadas dentro do Grupo, para maximizar a eficiência da gestão local de recursos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações, sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/09, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BCB). A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2019.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) **Agrupação do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para dias de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta reduzidora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são ajustadas até a data do balanço, de acordo com o método de caixa. Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pelo Banco Mizuho para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores estão apresentados abaixo:

	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	1.045.001	1.151.902
Disponibilidades	10.824	28.547
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.008.990	1.123.355

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.163/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

caixa dos nossos clientes. Não houveram prorrogações e nem houveram renovações de contratos por atraso de pagamento ou deterioração financeira por parte dos nossos clientes.

7. Carteira de câmbio

	2018		2017	
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Ativo	1.362.158	-	930.495	-
Circulante	1.146.686	-	900.495	-
Câmbio comprado a liquidar	845.452	-	601.835	-
Adiantamentos em moedas estrangeiras	(8.136)	-	(6)	-
Direitos sobre venda de câmbio	305.741	-	300.515	-
Adiantamentos em moeda nacional	(540)	-	-	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 6.a)	4.169	-	1.159	-
Realizável a longo prazo	215.472	-	54.340	-
Câmbio comprado a liquidar	104.487	-	25.974	-
Direitos sobre venda de câmbio	110.985	-	28.366	-
Passivo	-	862.415	-	605.736
Circulante	-	644.865	-	604.801
Câmbio vendido a liquidar	-	319.636	-	304.801
Obrigações por compra de câmbio	-	843.397	-	593.493
Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 6.a)	-	(521.165)	-	(292.558)
Exigível a longo prazo	-	220.547	-	53.435
Câmbio vendido a liquidar	-	109.562	-	25.069
Obrigações por compra de câmbio	-	110.985	-	28.366

8. Outros créditos - diversos

	2018	2017
Circulante		
Créditos tributários (Nota 15)	8.812	13.270
Notas de Crédito à Exportação (NCEs) (Nota 6.a)	20.175	30.540
Devedores por depósito em garantia	-	-
Outros	190	2.745
Total	29.177	46.555
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (Nota 15)	72.355	72.128
Notas de Crédito à Exportação (NCEs) (Nota 6.a)	-	20.194
Devedores por depósito em garantia	77.341	77.891
Total	149.696	170.213

9. Investimentos

A controlada Mizuho do Brasil Cayman Limited atua como subsidiária offshore do Banco Mizuho do Brasil S.A., e tem por objetivo ampliar a oferta de produtos para clientes, oferecendo auxílio às operações de depósitos, empréstimos e derivativos.

	2018	2017
Quantidade de ações ordinárias - em milhares	22.920	22.920
Porcentagem de participação - %	100%	100%
Informações sobre o investido		
Patrimônio líquido	172.503	131.382
Capital social	74.699	74.699
Reservas de lucros	53.929	52.245
Ajuste valor mercado de TVM	235	827
Variação cambial do investimento no exterior	25.312	1.928
Resultado líquido do exercício	18.328	1.683
Resultado de equivalência patrimonial	18.662	1.683
Reclassificação por diversidade de critérios contábeis (1)	(334)	2.493
IRRF sobre rendimentos financeiros no exterior	238	-
Resultado de participação em controlada	18.566	4.176

A Resolução nº 4.524, de 29 de setembro de 2016, determinou que a partir de janeiro/2017, os ajustes decorrentes da conversão de ganhos ou perdas decorrentes do patrimônio líquido da entidade investida no exterior devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras da instituição investidora também como componente destacado do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período quando da baixa do respectivo investimento. Em 31 de dezembro de 2018 o montante total de variação cambial resultante da conversão do balancete de investida no exterior foi de R\$ 25.312 (R\$ 1.928 em 2017), sendo R\$ 1.018 (R\$ 29 em 2017) referente à variação cambial do processo de conversão do resultado. (1) Reclassificação para resultado do exercício do impacto prospectivo do cálculo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, reconhecido em Patrimônio Líquido na controlada, devido efeito da adoção inicial do IFRS 9 pela mesma.

10. Depósitos

a) Diversificação de produtos e prazo:

	2018		2017	
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
Depósitos à vista	47.264	-	-	47.264
Depósitos interfinanceiros	-	22.104	29.092	51.196
Depósitos a prazo	-	254.782	869.851	848.073
Total	47.264	276.886	898.943	848.073

b) Concentração:

	2018		2017	
	Valor	% sobre carteira	Valor	% sobre carteira
10 maiores credores	1.409.175	68,04	1.522.619	77,23
50 maiores credores seguintes	619.558	29,91	443.320	22,49
Demais credores	42.433	2,05	6.358	0,28
Total da carteira	2.071.166	100,00	1.970.847	100,00

As operações de depósitos a prazo classificadas no Realizável a Longo Prazo, no montante de R\$ 848.073 apresentam cláusula de liquidez diária. Em 2017 este valor era de R\$ 782.216.

11. Captações no mercado aberto:

	2018		2017	
	Carteira Própria	Total	Carteira Própria	Total
Debêntures	146.745	146.745	70.649	70.649
Total da carteira própria	146.745	146.745	70.649	70.649

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as captações no mercado aberto através de obrigações por operações compromissadas, têm um prazo de vencimento inferior a 90 dias.

12. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos, em 31 de dezembro de 2018, correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no exterior no valor de R\$ 937.663 (R\$ 302.445 em 2017), com vencimentos até dezembro de 2019, apresentando taxas de 2,41% a 3,34% a.a. em dólar (2017) - vencimentos até dezembro de 2018 a taxas de 0,01% a 1,90% a.a. em dólar. As obrigações por repasses do exterior correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no valor de R\$ 379.025 (R\$619.089 em 2017), com vencimentos até dezembro de 2019, apresentando taxas de 1,20% a 3,26% a.a. em dólar (2017) - vencimentos até abril de 2019 e taxas de 1,13% a 2,10% a.a. em dólar.

13. Outras obrigações diversas e fiscais e previdenciárias (circulante e longo prazo)

a) **Circulante - fiscais, previdenciárias e diversas:** Compostas, substancialmente, por provisões para imposto de renda e contribuições a recolher de R\$ 9.288 (R\$15.381 em 2017), provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 22.156 (R\$ 5.640 em 2017), provisões administrativas de R\$ 25.240 (R\$23.539 em 2017), provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas de R\$ 107 e demais diversos de R\$ 94 (R\$41 em 2017). b) **Longo prazo - fiscais e previdenciárias:** Compostas substancialmente, por provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS diferidas de R\$ 11.933 (R\$13.408 em 2017). c) **Longo prazo - diversas:** Compostas, substancialmente, por provisões para perdas sobre garantias financeiras prestadas de R\$ 97, o valor provável das obrigações oriundas de contingências decorrentes de processos trabalhistas no montante de R\$8.837 (R\$8.921 em 2017) e contingências decorrentes de processos de expurgos inflacionários no montante de R\$4.877 (R\$4.455 em 2017). Existem processos judiciais de R\$150 (R\$419 em 2017) para as causas trabalhistas. Em conformidade com a Carta Circular 3.782, de janeiro/2017, as parcelas de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa, resultante de processos judiciais ingressados pelo Banco, foi reclassificada da conta outras obrigações - fiscais e previdenciárias, para a conta de outras obrigações - diversas. As provisões estão constituídas pela parcela integral que poderá ser exigida pelo órgão arrecadador, acrescida dos encargos moratórios legais, sendo compostas como segue:

	2018	2017
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	132.909	129.003
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	9.370	9.143
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	3.338	3.257
Programa de Integração Social (PIS)	7.097	6.849
Imposto Sobre Serviços (ISS)	538	522
Outros	969	940
Total das provisões	154.221	146.714
(+) Depósitos judiciais vinculados	(77.141)	(74.357)
Valor líquido	77.080	72.357

Os processos estão baseados nas seguintes questões: (1) COFINS - a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento em virtude de discussão judicial quanto à base de cálculo dessa contribuição. Em 31 de dezembro de 2018 existem depósitos judiciais no montante de R\$38.087 (R\$36.630 em 2017). (2) IRPJ - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de créditos de operações de créditos da base de cálculo do IRPJ. Em 31 de dezembro de 2018 existem depósitos judiciais no montante de R\$29.172 (R\$28.135 em 2017). Em 31 de dezembro de 2018, o Banco possuía ações judiciais que discutiam a dedutibilidade da despesa de CSLL dos anos de 1997, 1999 e 2000, da base de cálculo do Imposto de Renda. (3) CSLL - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de créditos da base de cálculo da CSLL. Em 31 de dezembro de 2018 existem depósitos judiciais no montante de R\$7.189 (R\$6.983 em 2017). (4) ISS - essas ações discutem a legalidade da cobrança desse imposto sobre determinado contrato de prestação de serviços de 2018 existentes em nome do montante de R\$538 (R\$522 em 2017). (5) PIS - a provisão constituída em decorrência da suspensão do recolhimento dessa contribuição em virtude de discussão judicial quanto à sua base de cálculo e discussão na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2018 existem depósitos judiciais no montante de R\$2.155 (R\$2.087 em 2017). d) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos não requerem provisão. Em 31 de dezembro de 2018, esses processos referiam-se à gestão de fundos de investimento no valor de R\$24.834 (R\$24,125 em 2017) e processos trabalhistas com responsabilidade subsidiária no valor de R\$109 (R\$ 158 em 2017).

	Saldo inicial 31/12/2017	Constituição	Reversos	Pagamentos	Saldo final 31/12/2018
Provisão para riscos fiscais	149.714	4.507	-	-	154.221
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	9.143	227	-	-	9.370
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)	3.257	81	-	-	3.338
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	129.003	3.906	-	-	132.909
Programa de Integração Social (PIS)	6.849	248	-	-	7.097
Outros	940	29	-	-	969
Imposto Sobre Serviços (ISS)	522	16	-	-	538
Provisão para passivos contingentes	13.277	2.519	(764)	(1.418)	13.714
Processos trabalhistas	8.922	2.097	(764)	(1.418)	8.837
Expurgos inflacionários	4.455	422	-	-	4.877

14. Patrimônio líquido

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$592.757 (R\$558.420 em 2017), dividido em 2.125.297 (2.125.297 em 2017) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Através do ofício nº 2506 de 8 de fevereiro de 2019, o Banco Central divulgou a aprovação do aumento de capital do Banco no valor de R\$ 34.337 (R\$ 18.527 em 2017) aprovado através do ofício nº 964 de 18 de janeiro de 2018, realizado no dia 31 de dezembro de 2018. b) **Dividendos a juros sobre capital próprio:** Os acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 17 da Lei nº 6.404/76 e atualizações. Em 31 de dezembro de 2018, o Banco deliberou sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 39.242 (R\$21.174 em 2017), em substituição aos dividendos mínimos obrigatórios, correspondente ao valor líquido de impostos de R\$34.337 (R\$18.527 em 2017). Com o registro dos juros sobre o capital próprio, o Banco obteve benefício fiscal no montante de R\$ 12.754 (R\$ 6.882 em 2017). c) **Ajustes de avaliação patrimonial:** No exercício final em 31 de dezembro de 2018, o valor relativo ao ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda e de R\$ 863 (R\$ 863 em 2017) e o valor relativo aos títulos registrados em controlada, conforme o Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil é de R\$141 (R\$455 em 2017). Através da Resolução nº 4.524 de 29 de setembro de 2016 e da Carta Circular nº 3.792 de 15 de dezembro de 2016, do Banco Central do Brasil, mudouse, a partir de 1º de janeiro de 2017, os procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão das transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras de investidas no exterior e a contabilização do hedge de investimento no exterior. Em 31 de dezembro de 2018 o montante de variação cambial resultante da conversão do balanço de investida no exterior foi de R\$ 25.312 (R\$ 1.928 em 2017) e o montante de hedge de investimento no exterior foi de R\$ (26.412) (R\$ 2.445 em 2017). d) **Reserva legal:** O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital integralizado. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. e) **Reserva especial de lucros:** Em 31 de dezembro de 2018 foi constituída uma reserva especial de lucros no valor de R\$ 1.431.515 (R\$ 1.426.160 em 2017) e o montante de manutenção dos limites operacionais em obrigações fiscais diferidas. O registro desses créditos foi efetuado integralmente e está suportado por estudo técnico efetuado, o qual indicou a capacidade de geração de resultados futuros para a sua utilização.

15. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	2018	2017
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	129.203	57.083
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social conforme aliquotas apresentadas na Nota 3.k	(58.141)	(25.688)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	35.356	25.087
Participação dos empregados no lucro	1.523	1.523
Provisão para perdas em operações de crédito	(678)	(17.457)
Ajuste de marcação a mercado	(7.479)	4.557
Outras adições e exclusões - temporárias	5.580	(8.699)
Imposto de renda retido na fonte não utilizado	-	(601)
Outras adições e exclusões	18.930	1.534
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes	(42.214)	(2.601)
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	19.609	2.000
Imposto de renda e contribuição social - valores diferidos	2.940	(13.892)
Na composição dos valores correntes de imposto de renda e contribuição, há o saldo de R\$ 19.609 (R\$ 2.000 em 2017) referente à aplicação desses impostos sobre a variação cambial, líquida de PIS e COFINS, dos Repasses do exterior utilizados na estrutura de hedge contábil de investimento no exterior.		
Variação cambial repasses do exterior	(45.701)	(4.662)
PIS/COFINS	2.125	217
Líquido de PIS/COFINS	(43.576)	(4.445)
Contribuição social	8.715	899
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes PL	19.609	2.000
Hedge de investimento no exterior	(23.967)	(2.445)

d) Demonstração dos créditos tributários e obrigações diferidas de imposto de renda e contribuição social:

	2018	2017
Provisão para créditos liquidação duvidosa	603	603
Provisão para contingências judiciais	58.975	1.803
Provisão para contingências diversas	1.782	169
Outras provisões	6.985	3.898
Provisões para PLR e gratificações	4.755	4.437
Prejuízo fiscal e base negativa	12.901	(7.020)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, imposto de renda e contribuição social	85.398	10.910
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	85.398	10.910
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - resultado	(13.467)	-
Atualização depósitos judiciais	(12.012)	(973)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social - resultado	(25.479)	(973)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - patrimônio líquido	(75)	(513)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários - Mizuho Cayman	(372)	-
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social - patrimônio líquido	(447)	(513)
PIS e COFINS sobre ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.467)	-
Obrigações fiscais diferidas de PIS e COFINS	(1.396)	(113)
Total das obrigações fiscais diferidas de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS	(28.789)	(1.599)

Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, foram constituídos às alíquotas vigentes sobre adições e exclusões temporárias, sendo considerada a probabilidade de realização por resultados gerados nos exercícios futuros. O valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas, descontadas às taxas de mercado para juros em moeda nacional em 31 de dezembro 2018, relativamente às datas previstas de sua realização, monta R\$ 48.731 (R\$55.985 em 2017). Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, apresentados em 31 de dezembro de 2018, segundo as projeções da Administração, deverão ser realizados/exigidos nos seguintes períodos:

	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	De 5 a 10 anos
	-1%	3%	3%	4%	8%	83%

16. Transações e saldos com partes relacionadas

a) Remuneração de Funcionários-Chaves e Administradores:

	2018	2017
Remuneração e participação nos lucros	23.702	16.368
Previdência privada	568	480

b) **Transações com outras partes relacionadas:** As transações realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado no que se refere às taxas e prazos, e estão sumarizadas como segue:

	2018		2017	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades	2.676	-	977	-
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	1.863	-	977	-
Mizuho Bank, Ltd. - Hong Kong	17	-	15	-
Mizuho Bank, Ltd. - London	79	-	79	-
Aplicações em moeda estrangeira	25.187	12.873	-	45
Mizuho Bank, Ltd. - New York	25.187	12.873	-	45
Instrumentos financeiros derivativos	2.226	(137)	(361)	(12.608)
Mizuho do Brasil Cayman	2.226	(137)	(361)	(12.608)
Outros créditos - carteira de câmbio	11.592	30.406	303.648	(14.446)
Mizuho Bank, Ltd. - New York Mizuho do Brasil	310	(1.770)	61.958	206
Cayman	1.506	3.811	-	(1.168)
Mizuho Bank, Ltd. - Japan	1.628	-	1.628	-
Mizuho Bank, Ltd. - London	9.776	26.937	241.690	(13.195)
Rendas com prestação de serviços no exterior	-	89.124	-	60.362
Mizuho Bank, Ltd. - New York	-	89.124	-	60.362
Obrigações por empréstimos do exterior	(937.663)	(90.651)	(302.445)	(7.602)

continuação

BANCO MIZUHO DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 61.088.183/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

20. Outras informações

(a) Garantias financeiras prestadas: As garantias financeiras prestadas montam a R\$153.796 (R\$81.917 em 2017), as quais estão sujeitas a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários e estão contabilizadas em contas de compensação. A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

Tipo de Garantia	2018		2017	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Vinculadas ao Comércio				
Internacional de Mercadorias	2.065	-	2.351	-
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	11.286	7	5.403	-
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	113	-	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais	39.605	48	39.512	-
Outras Fianças Bancárias	5.168	6	6.373	-
Outras Garantias Financeiras Prestadas	95.559	144	27.548	-
Total das Garantias	153.796	205	81.187	-

(b) Receitas de Prestação de Serviços:

Receitas de Prestação de Serviços	2018		2017	
	Semestre	Exercício	Semestre	Exercício
Rendas de Tarifas Bancárias	4	6	1	1
Rendas de Outros Serviços	47.708	89.124	60.434	60.434
Rendas de Garantias Prestadas	487	984	805	805
Total	48.199	90.114	61.240	61.240

O valor de R\$ 89.124 (R\$ 60.362 em 2017) é composto substancialmente por operações efetuadas com o Mizuho Bank, Ltd. - New York, conforme Nota 16b.

Outras Despesas Administrativas	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Despesas de Aluguéis	617	1.966	2.592	2.592
Despesas de Comunicações	626	1.230	1.653	1.653
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	208	285	633	633
Despesas de Processamento de Dados	12.043	18.851	15.301	15.301
Despesas de Promoções e Relações Públicas	225	495	487	487
Despesas do Serviço do Sistema Financeiro	993	1.892	1.827	1.827
Despesas de Serviços de Terceiros	562	1.201	1.017	1.017
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	1.601	3.197	6.157	6.157
Despesas de Transporte	213	304	415	415
Despesas de Viagens ao Exterior	368	885	946	946
Despesas de Viagens no País	131	239	331	331
Outras Despesas Administrativas	647	1.291	1.577	1.577
Despesas de Depreciação	973	1.984	1.606	1.606
Outras	488	893	854	854
Total	19.895	34.713	35.396	35.396

Outras Receitas Operacionais	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Atualização de Depósitos Judiciais	1.434	2.933	4.440	4.440
Recuperação de Encargos e Despesas	482	1.849	84	84
Outras	124	146	2.326	2.326
Total	2.040	4.928	6.850	6.850

Outras despesas operacionais:	2018		2017	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Atualização de Contingências	2.791	6.596	8.232	8.232
Garantias Financeiras Prestadas	75	205	540	540
Outras	212	373	540	540
Total	3.078	7.174	8.772	8.772

21. Índice de Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito a partir de 1º de outubro de 2013. O Índice de Basileia (IB) para 31 de dezembro de 2018 é de 27,30% (27,37% em 2017), e a tabela abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência (PR):

Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.484.073
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada (RWAcpad)	1.816.686
RWA para Risco de Mercado por Abordagem Padronizada (RWAmpad)	416.475
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada (RWAopad)	250.912
Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	678.198
Patrimônio de Referência (PR)	678.198
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	417.042
Índice de Capital Principal (ICP)	27,30%
Índice de PR Nivel I (INI1)	27,30%
Índice de Basileia (IB)	27,30%
Índice de Basileia Amplo (IB Amplo)	27,27%

22. Estrutura de gerenciamento de capital

Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BACEN), tornou público a Resolução Nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A nova regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. O Banco Mizuho é classificado como "S4". O processo de gerenciamento de capital é conduzido pelo Comitê de Gestão (MC). As principais responsabilidades do MC nesse processo são: Definição da Estrutura de Gerenciamento de Capital; Definição do Plano de Capital para o período de três anos; Análise dos riscos correntes e potenciais associados à atividade operacional que podem impactar o Capital do banco e Monitoramento constante do processo, atuando preventivamente para preservar e manter o capital do banco nos níveis ideais, conforme a estratégia definida e exigências regulatórias. Os relatórios gerenciais para apoio ao processo, bem como o monitoramento diário, são de responsabilidade da área de Contabilidade e Controle Financeiro. Esses relatórios indicam o nível de capitalização e seus respectivos indicadores e as projeções de consumo de capital em condições normais e em cenários estressados. O Plano de Capital é revisado anualmente ou em período menor caso o contexto sinalize alterações relevantes. O Planejamento de Resultados e a Estrutura Sistêmica de Apoio são partes integrantes da Estrutura de Gerenciamento de Capital. O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de capital está disponível no nosso website: www.mizuhobank.com/brazil/pt/.

23. Eventos subsequentes

Através do ofício nº 2506 de 08 de fevereiro de 2019, o Banco Central divulgou a aprovação do aumento de capital do Banco no valor de R\$ 34.337, realizado no dia 31 de dezembro de 2018.

A DIRETORIA

CONTADOR: Edilson Novaes Santos - CRC - 1SP206066/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores do Banco Mizuho do Brasil S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mizuho do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é

responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos

controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7

O ESTADÃO É O VEÍCULO IDEAL NA HORA DE DIVULGAR O BALANÇO DE SUA EMPRESA.

- VEÍCULO DE MAIOR CREDIBILIDADE¹
- LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA E NEGÓCIOS
- JORNAL MAIS PREMIADO³
- MELHOR PREÇO E MAIOR CIRCULAÇÃO²
- VEÍCULO MULTIPLATAFORMA

SUA PUBLICAÇÃO E INFORMAÇÕES RELEVANTES TAMBÉM PODEM SER DIVULGADAS NO BROADCAST.

SOLUÇÃO LÍDER NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO COM NOTÍCIAS E COTAÇÕES EM TEMPO REAL, ANÁLISES E VÁRIOS RECURSOS PARA AS MELHORES DECISÕES DE INVESTIMENTOS.

QUER RESULTADOS? ESTADÃO

CONSULTE SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOSSA EQUIPE COMERCIAL:
(11) 3856-2080

broadcast⁺

¹PESQUISA REALIZADA PELO GRUPO TROIANO DE BRANDING COM EXCLUSIVIDADE PARA A PUBLICAÇÃO MEIO & MENSAGEM | ²IVC (DEZ/18) – CIRCULAÇÃO IMPRESSA + DIGITAL – MÉDIA SEMANAL – TOTAL BRASIL – ESTADÃO (239.436) X VALOR ECONÔMICO (88.240) | ³PRÊMIO "OS MAIS ADMIRADOS DA IMPRENSA DE ECONOMIA, NEGÓCIOS E FINANÇAS", REALIZADO POR JORNALISTAS E CIA E MAXPRESS.